FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 08/02/2024 - 05:59

Após dois anos de queda, dívida pública cresce sob Lula 3

Dívida pública sobe após 2 anos de queda e vai a 74,3% do PIB

Juro elevado, pagamento de precatório e mais gastos pioram indicador; tendência é de nova alta em 2024, dizem analistas

Adriana Fernandes

BRASÍLIA Após dois anos de queda, a dívida bruta do Brasil voltou a subir e chegou a 74,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023, primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As despesas com os juros da dívida chegaram a R$ 718 bilhões, ou 6,61% do PIB —o maior valor desde 2015—, na esteira ainda do impacto da trajetória de alta da taxa Selic, que só foi interrompida pelo Banco Central em agosto do ano passado.

A tendência segue de alta para o endividamento público do país em 2024. A dívida bruta é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas.

Especialistas fazem o alerta de que o resultado, divulgado nesta quarta-feira (7) pelo Banco Central, mostra que o problema fiscal brasileiro ainda está longe de ser resolvido. E que o sinal de crescimento da dívida continua amarelo.

Em 2022, a dívida fechou em 71,7%, mas o governo Jair Bolsonaro (PL) adiou despesas no ano em que o então presidente disputou a eleição com Lula.

O aumento da dívida bruta é resultado principalmente do déficit primário de R$ 249,12 bilhões (2,29% do PIB) das contas do setor público (União, estados, municípios e estatais) e dos juros, segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

Em 2022, as contas ficaram no azul em R$ 126 bilhões (1,25% do PIB). Ou seja, houve uma piora no resultado de um ano para o outro de R$ 375 bilhões.

"Tem o efeito acumulado da alta da Selic", afirmou Rocha, sobre o impacto elevado das despesas com juros, apesar do início da queda da taxa nos últimos meses.

No ano passado, o governo não só aumentou em R$ 168 bilhões o espaço para novas despesas com a aprovação da chamada PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição como pagou R$ 93 bilhões de precatórios que tinham sido postergados no governo Bolsonaro.

"O sinal amarelo para a trajetória continua. O cenário não é tranquilo, longe disso, o ministro Fernando Haddad [Fazenda] não pode fraquejar no compromisso fiscal da meta de zerar o déficit porque o quadro fiscal ainda não está controlado", afirmou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado Federal.

"O crescimento do PIB não foi suficiente para frear o aumento da dívida", disse.

Salto projeta que a dívida bruta vá voltar a subir em 2024, para 76,8% do PIB. Ele defende que o governo persiga a meta de déficit zero neste ano justamente para controlar a deterioração do indicador.

Para o analista da área fiscal da XP Investimentos Tiago Sbardelotto, a piora de 2023 pode ser explicada por dois fatores: juros e resultado primário.

"Os juros acabam tendo um efeito maior, pois incidem sobre todo o estoque, mas a variável de ajuste mais relevante é o resultado primário [de déficit], que acabou por elevar as emissões líquidas [títulos do Tesouro] no ano", disse.

Sbardelotto também prevê que a tendência de alta deva se manter a longo prazo, apesar de uma conta de juros um pouco menor neste e no próximo ano.

"A tendência de alta deve se manter, com um crescimento médio de 2,5 ponto porcentual por ano", disse.

Para que haja estabilização da dívida nesse cenário, o analista do XP calcula que seria necessário um superávit médio de 1,8% do PIB.

Especialista em contas públicas e pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), Fabio Giambiagi chama a atenção para a trajetória de alta da dívida líquida, que atingiu 60,8% do PIB (R$ 6,6 trilhões) no ano passado, com elevação anual de 4,7 pontos porcentuais de 2022 para 2023. O indicador considera os passivos do setor público, mas também os ativos.

Giambiagi ressalta a importância de os analistas olharem para o indicador de dívida líquida.

"É uma trajetória que preocupa. A tendência é de alta, sim. Vamos superar o número de 2020 [que foi influenciado pela pandemia]. Vai ser o maior número da série histórica", prevê ele, que tem um dos registros de dívida mais antigos do país.

Com o uso da chamada contabilidade criativa no governo Dilma Rousseff (PT), os analistas passaram a olhar para a dívida bruta.

"A estatística continuava a ser feita, mas ninguém ligava. E passaram a olhar para a dívida bruta. Agora, sem contabilidade criativa, e não temos hoje isso, está na hora de voltar a olhar a dinâmica da dívida líquida", defendeu.

O sarrafo para o cumprimento da meta de zerar o déficit das contas públicas começou mais alto em 2024 para Haddad. A razão disso é que o déficit divulgado pelo BC para as contas do governo federal ficou R$ 34 bilhões maior do que o resultado divulgado, na semana passada, pelo Tesouro Nacional.

Enquanto o Tesouro divulgou um déficit de R$ 230,5 bilhões, o BC calculou o rombo nas contas do governo em R$ 264,5 bilhões. BC e Tesouro têm metodologias diferentes de calcular o resultado, mas em 2023 essa diferença cresceu por fatores extraordinários.

O principal motivo é que o BC não aceitou incluir na sua conta uma medida de resgate, pelo Tesouro, de R$ 26 bilhões em recursos abandonados nas contas de trabalhadores no fundo PIS/Pasep. Esses recursos foram contabilizados pelo Tesouro, mas não pelo BC.

Para a autoridade monetária, esse dinheiro não representa "esforço fiscal" e, por isso, não serve para reduzir o rombo das contas em 2023.

O BC também contabilizou de forma diferente a transferência de recursos que o governo Lula fez para estados e municípios para compensar perdas com a redução da alíquota do ICMS.

A autarquia é o órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas brasileiras. É o número da instituição que vale para a aferição se o governo cumpriu ou não a meta fiscal estabelecida na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

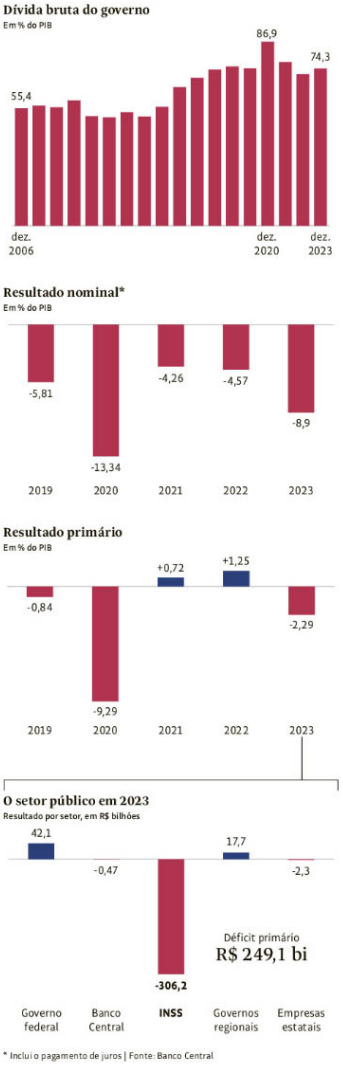
Em 2024, a meta é zerar o déficit. A regra de considerar a contabilidade do BC foi mantida no arcabouço fiscal, explicou o chefe do Departamento de Estatística do BC.

Com Reuters

Haddad fala em 'botar ordem' em renúncias para setor de eventos após indícios de fraudes

O ministro da Fazenda disse nesta quarta (7) haver indícios de irregularidades no Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e que é preciso "botar ordem" no benefício. Segundo Haddad, o país não tem condições de "desperdiçar esse dinheiro". "O que a Receita Federal faz como rotina é, diante do quadro do Perse, que é um quadro muito grave, mais de R$ 17 bilhões de renúncia, levar os dados para o setor de inteligência da Receita, que vai apurar possíveis irregularidades." Como revelou a **Folha**, fiscais da Receita investigam indícios de que o programa criado na pandemia tenha aberto margem até para operações de lavagem de dinheiro de atividades ilícitas no país.

Contas públicas têm piora em 2023



* Inclui o pagamento de juros | Fonte: Banco Central

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 12

Copyright © Clipclap 2025.